**O “muro de Berlim”**

Ouvimos dizer ao líder socialista que a sua viragem à esquerda “é como se estivéssemos a deitar abaixo o resto domuro de Berlim”. Fiquei confusa com a metáfora – devo reconhecer. Afinal – lembrava-me e fui confirmar – quando há cerca de um ano o PS, PSD e CDS apresentaram na Assembleia da República um voto de “Congratulação pelo 25.º Aniversário da Queda do Muro de Berlim”, o texto obteve o voto favorável apenas dos seus subscritores; o PCP votou contra e o BE absteve-se.

Desculpe a minha ingenuidade, caro leitor, mas o que percebi foi que, há um ano atrás, o PS manifestava a sua sintonia de ideias e de valores com o PSD e o CDS; e que hoje, supostamente, quer prosseguir a mesma ideologia, quer “deitar abaixo o resto domuro de Berlim”, mas com a parceria de quem declaradamente tem uma ideologia incompatível e não celebra a queda daqueles “muros”. Sim, fiquei confusa: ou o partido socialista apagou da memória estes factos recentes quando se empenha em parcerias à esquerda, ou terá de apagar a sua ideologia para celebrar a dita parceria à esquerda, ou talvez estejamos perante os dois apagamentos simultaneamente…

Em qualquer dos casos, parece-me haver óbvias contradições e inultrapassáveis incoerências não assumidas. Mas, se calhar, a culpa é da minha leitura muito primária no respeito à objectividade dos factos e da lógica dos argumentos, não ascendendo aos meandros dos malabarismos da arte política – de que ouço falar – capaz de converter a realidade em ilusão e a ilusão em realidade (vitórias em derrotas e derrotas em vitórias), o que a mim, pobre de espírito, se afigura como zig-zags de uma aventura em que os fins justificam todos os meios.

Devo reconhecer, todavia, que há “muros” que têm vindo a ser derrubados neste último mês.

Vi cair o “muro” dos elevados padrões éticos face ao minimalismo por que se pauta o direito. Com efeito, o direito estabelece obrigações para todos os cidadãos e todas as instituições (inclusive as políticas), as quais constituem sempre o mínimo que pode ser imposto a cada um. O direito não dispensa práticas mais escrupulosas que não estão prescritas mas são exigidas pela integridade de carácter de cada um e pelo respeito à dignidade dos outros. Nem tudo o que se pode (legalmente) se deve (moralmente) – é uma lição que ensinamos aos nossos filhos de pequeninos e que o exemplo de Antígona, de Sófocles (no séc. V a.C.) integrou na nossa cultura ocidental. Além de que, e parafraseando a máxima antiga, “ao político não basta parecer íntegro, deve ser íntegro”.

E vi também cair o “muro” do poder como meio e abrir-se o campo infinito do poder como fim em si mesmo, convertendo a política de missão de serviço em exercício de autoridade. Se me perguntarem se o poder não tem sido já antes um fim para muitos, direi obviamente que sim. Aliás, Maquiavel narrou-o para a posteridade. A diferença é que tal passou de uma excepção tolerada para uma regra enaltecida.

Estes “muros”, que constituíam o último reduto da nobreza da política, têm de ser reerguidos, mas não vai ser fácil…

M. Patrão Neves

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)